

15° FEPEG

FÓRUM DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E GESTÃO

2021

“Universidade e a transformação pela inovação tecnológica: Novas formas do fazer pedagógico.”



AUTOR(ES): ANA JÚLIA BARBOSA PEREIRA e ANNA JÚLYA SANTOS E MOREIRA.

ORIENTADOR(A): HERBERT ALCÂNTARA FERREIRA

A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL E A DIMINUIÇÃO DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO EM 2021

RESUMO: Anualmente, faz-se imprescindível o estabelecimento dos Orçamentos da União – em que se estima as receitas e são fixadas as despesas do Governo Federal –, que ocorre mediante a sanção da Lei Orçamentária Anual (LOA). Dessa forma, em 2021, no mês de abril, foi sancionada a Lei n. 14.144/2021, referente a LOA desse ano, que trouxe consigo cortes profundos em diversas áreas, bem como o bloqueio de mais de 9 bilhões de reais em despesas discricionárias. Posto isso, objetivou-se por esse trabalho analisar os cortes ocorridos na área da Educação sob a ótica da LOA para o presente ano. Ademais, a metodologia utilizada foi o método de abordagem dedutivo, de procedimento monográfico e técnicas de pesquisa documental e bibliográfica, com a leitura de artigos e legislação sobre o tema. É importante salientar que o maior bloqueio no que se refere às despesas discricionárias ocorreu no Ministério da Educação, além do fato de que os recursos destinados a essa área tiveram um alto corte se comparado ao ano anterior. O Governo, por sua vez, justificou-se ao apresentar que o veto feito a recursos de diversas áreas ocorreu para que o Teto dos Gastos, criado pela Emenda Constitucional 95/2016, não fosse ultrapassado. Diante disso, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) publicou uma nota intitulada “Alerta à Sociedade”, em que se foi apontado que, apesar de se entender a fragilidade do momento em que se encontra a economia brasileira, seria contraproducente fazer tamanhos cortes na área da Educação, visto que tal medida poderia acarretar redução ou, até mesmo, paralisação de algumas atividades de caráter universitário. Cabe ressaltar que, mediante à conjuntura em que o Brasil se encontra, os investimentos na Educação são de primordial importância, uma vez que tanto a educação básica, quanto a educação superior tiveram que se reinventar e criar diferentes estratégias de ensino, de forma que a segurança de milhões de alunos e servidores fosse assegurada durante esse período da pandemia de Covid-19. Portanto, convém reavaliar a forma em que se enxerga o ensino no Brasil e torná-la como uma das prioridades de investimento do Governo Federal, de forma a se levar em consideração que o momento em que se encontra o país demanda tal ação.

PALAVRAS-CHAVE: Cortes. Educação. Lei Orçamentária Anual.